coordenadores

Cassio Scarpinella Bueno
Elias Marques de Medeiros Neto
Olavo de Oliveira Neto
Patrícia Elias Cozzolino de Oliveira
Paulo Henrique dos Santos Lucon

Tutela provisória no novo CPC

Dos 20 anos de vigência do art. 273 do CPC/1973 ao CPC/2015

Carlos Augusto de Assis • Arlete Inês Aurelli • Cassio Scarpinella Bueno • Eduardo Cambi • Aline Regina dos Neves • Andrea Boari Carociclo • Luiz Dellore • Daniel Penteado de Castro • Jefferson Aparecido Dias • Pedro Antonio de Oliveira Machado • Bruno Vasconcelos Carrilho Lopes • João Batista Lopes • Maria Elizabeth de Castro Lopes • Paulo Henrique dos Santos Lucon • Kátia Aparecida Mangone • Rodrigo Mazzei • Bruno Pereira Marques • Elias Marques de Medeiros Neto • Luiz Guilherme Arcaro Conci • Rogerio Licastro Torres de Mello • Rogerio Mollica • Olavo de Oliveira Neto • Patrícia Elias Cozzolino de Oliveira • Mariana Melo de Carvalho Pavoni • Ivan Aparecido Ruiz • Heitor Vitor Mendonça Sica • André Pagani de Souza • Rita de Cássia Corrêa de Vasconcelos • Flávio Luiz Yarshell • Heleno Abdo

Editora Saraiva

Resumo de Tutela Provisória no Novo CPC. Dos 20 Anos de Vigência do Artigo 273 do CPC 1973 ao CPC 2015

Renomados processualistas coordenaram esta obra ímpar na literatura jurídica, que faz um exame aprofundado de um dos institutos mais importantes do Direito Processual Civil: a tutela provisória. Trata-se de uma obra coletiva que traz análises de prestigiados professores universitários, advogados especialistas, juízes e procuradores de justiça sobre diferentes aspectos decorrentes das mudanças do Código de Processo Civil de 1973 para o Código de 2015.

O resultado é uma articulação integrada e orgânica dos textos, formando em seu todo um estudo completo e abrangente do tema. Dentre os assuntos abordados estão: estabilização da antecipação de tutela e efeitos na coisa julgada; distinção entre as tutelas provisórias antecipada e cautelar; tutela provisória contra o poder público; antecipação de tutela oficio e dos poderes do juiz; responsabilidade pela fruição da tutela provisória; tutela de urgência em ações civis públicas propostas em face da Fazenda Pública; prova na tutela antecipa da; da antecipação de tutela na ação rescisória; responsabilidade decorrente da reversão da tutela antecipada em sentença; valorização dos precedentes judiciais e a tutela provisória de evidência; competência para a apreciação de tutelas provisórias nos recursos; “tutela super antecipada” no novo CPC; tutela antecipada recursal e desconsideração da personalidade jurídica etc.

Acesse aqui a versão completa deste livro